

Artículo de investigación

Turismo, cultura, patrimônio cultural e desenvolvimento em Curuçá (Pará, Brasil): uma relação possível?⁷⁶

Turismo, cultura, patrimonio cultural y desarrollo en Curuçá (Pará, Brasil): ¿Una relación posible?

Recibido: 16 de enero de 2019. Aceptado: 06 de febrero de 2019

Written by:

Ana Cristina Rocha Silva⁷⁷

Andréia Anschau⁷⁸

Pablo Vitor Viana Pereira⁷⁹

Ligia Terezinha Lopes Simonian⁸⁰

Resumo

Neste artigo, abordam-se as relações entre desenvolvimento, sustentabilidade, turismo, cultura e preservação do patrimônio cultural no município de Curuçá-PA. Nesta direção, objetiva-se refletir a respeito das contribuições do turismo e da cultura para a preservação do patrimônio cultural local, para a dinamização da economia e o desenvolvimento da qualidade de vida dos munícipes, notadamente numa conjuntura de mudança que a administração municipal atual começa a viabilizar. No que se refere à metodologia utilizada, priorizou-se a técnica do survey, por meio da qual foram entrevistados gestores públicos e pessoas locais, bem como fez-se um levantamento da documentação e da bibliografia pertinentes. Esta proposta de análise surge da problemática identificada como descuido de elementos históricos e culturais importantes: à vulnerabilidade do patrimônio local e, ao mesmo tempo; a um potencial turístico pouco explorado.

Resumen

En este artículo, se abordan las relaciones entre desarrollo, sustentabilidad, turismo, cultura y preservación del patrimonio cultural en el municipio de Curuçá, Pará, Brasil. En esta dirección, se objetiva reflejar al respecto de las contribuciones del turismo y de la cultura para la preservación del patrimonio cultural local, para la dinamización de la economía y el desarrollo de la calidad de vida de los habitantes, notablemente en una coyuntura de cambio que la administración municipal actual comienza a viabilizar. En lo que se refiere a la metodología utilizada, se priorizó la técnica del survey, por medio de la cual fueron entrevistados gestores públicos y personas locales, así como se hizo un levantamiento de documentación y bibliografía pertinentes. Esta propuesta de análisis surge de la problemática identificada como descuido de elementos históricos y culturales importantes: a la vulnerabilidad del patrimonio local y, al mismo tiempo; a un potencial turístico poco explotado.

⁷⁶ O presente trabalho foi realizado em parte com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

⁷⁷ Bacharela e Licenciada em História pela Faculdade de Macapá (FAMA). Doutoranda em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa). Professora Assistente II da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Bolsista CAPES. E-mail:tinastn@hotmail.com.

⁷⁸ Bacharela em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa). Bolsista CAPES. E-mail:andrea.anschau@gmail.com.

⁷⁹ Bacharel Turismo pela Universidade Federal do Pará (UFPa). Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa). Bolsista CAPES. E-mail: pablo.viana28@gmail.com.

⁸⁰ Antropóloga e Professora Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa). E-mail: simonianl@gmail.com.

Ao inviabilizar um desenvolvimento minimamente sustentável, tal cenário mostra-se insuficiente para a promoção da qualidade de vida da população curuçaense e da manutenção de identidades locais. Esses são aspectos que justificam reflexões acerca de alternativas de desenvolvimento que se tornem efetivas nos aspectos os mais variados (humano, cultural, social, econômico e ambiental).

Keywords: Cultura, Curuçá (Pará, Brasil), desenvolvimento, patrimônio, turismo

Al inviabilizar un desarrollo mínimamente sustentable, tal escenario se muestra insuficiente para la promoción de la calidad de vida de la población curuçaense y del mantenimiento de identidades locales. Esos son aspectos que justifican reflexiones acerca de alternativas de desarrollo que se tornen efectivas en los aspectos más variados (humano, cultural, social, económico y ambiental).

Palabras claves: Cultura, Curuçá (Pará, Brasil), desenvolvimento, patrimônio, turismo.

Introduction

Este trabalho constitui-se num esforço no sentido de articular a relação entre perspectivas de desenvolvimento e interdisciplinaridade. A partir desse esforço, as linhas que seguem discutem a realidade contemporânea de Curuçá, um dos municípios da costa atlântica que compõe a Zona do Salgado do estado do Pará, no Brasil. Apesar de estar em um território farto nos aspectos ambientais e possuir uma diversidade cultural rica, poucos são os avanços quando o quesito desenvolvimento é analisado nesse município.

Nessa lógica, este texto busca responder o seguinte questionamento: como o turismo pode contribuir para preservar e valorizar o patrimônio local, bem como dinamizar a economia de Curuçá? Com base nessa interrogação, serão trabalhadas as contribuições do turismo e da cultura para a preservação do patrimônio cultural local, para a dinamização da economia e o aumento da qualidade de vida dos cidadãos curuçaenses. Também, será analisada a noção de desenvolvimento sustentável e o porquê desse conceito ser insuficiente para tratar das necessidades locais.

A busca por respostas ao questionamento apresentado foi motivada pelo discurso da atual gestão municipal em afirmar o turismo como um dos pilares da fonte de renda do município num futuro próximo. Ainda, pela fama recorrente de Curuçá como sendo a “Terra do Folclore”, bem como por expressões culturais locais que vêm ganhando destaque por sua excepcionalidade, tais como o bloco carnavalesco “Pretinhos do Mangue”, famoso pelo apelo ambiental em prol do mangue da região. Mas note-se que essa é uma programação de eventos, o que é uma

perspectiva já bastante criticada pela literatura especializada.

Curuçá é um locus de interações diversas de seu povo com o meio ambiente. Embora a relação entre ambos tenha moldado a identidade cultural do lugar, ela vem enfrentando impasses socioambientais que somam para a segregação social e ameaçam os modos de vida próprios do território em tela. Tais problemáticas viabilizam uma abordagem reflexiva nos termos do desenvolvimento. Nessa direção, este trabalho está alicerçado numa compreensão de desenvolvimento que não se reduz a aspectos econômicos e que agrega elementos culturais, de modo a impedir, como Crewe e Harrison (2005) chamaram a atenção, que a cultura permaneça como a “dimensão esquecida” das estratégias de desenvolvimento.

No que se refere à metodologia utilizada, priorizou-se a técnica do survey, por meio da qual foram entrevistados gestores públicos e habitantes locais, bem como fez-se um levantamento da documentação e da bibliografia pertinentes e, ainda, produziu-se uma documentação fotográfica (Samain, 1995; Simonian, 2007; Yin, 2016). Esta proposta de análise surge da constatação quanto: i) ao descuido de elementos históricos e culturais importantes; ii) à vulnerabilidade do patrimônio cultural local; e iii) a um potencial turístico pouco explorado.

O desafio de uma discussão que perpassasse por esses três eixos de análise exigiu um exercício interdisciplinar, uma vez que tangencia questões que se conectam com a cultura, com o patrimônio, com o turismo e com o desenvolvimento. Portanto, a opção pelo

caminho interdisciplinar justifica-se pela necessidade de “se estabelecer pontes” (Bruyne, Herman; Schoutheete, 1991, p. 27) entre essas várias áreas do conhecimento, a fim da identificação da unidade subjacente que liga cada uma delas à temática aqui discutida.

São seis as seções seguintes a essa. A primeira delas trata sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e a incapacidade dele de levar em conta fatores que, para as qualidades de vida sociais do município, se mostram importantes. Esse capítulo é importante porque mostra que o desenvolvimento sustentável falha em atender demandas essenciais à comunidade. Em seguida, abordam-se aspectos históricos, culturais e ambientais de Curuçá, de modo a ofertar uma breve apresentação do município ao leitor.

Na sequência, descreve-se aspectos da pesquisa de campo e das principais impressões que se teve durante a mesma, com ênfase nos objetivos traçados para este paper. Adiante, discute-se elementos teóricos em torno de cultura, patrimônio e desenvolvimento local. Após essa sessão, é estabelecida a relação entre patrimônio cultural e turismo, isso a fim de identificar como essa atividade econômica pode somar para com a preservação do patrimônio cultural. A penúltima sessão apresenta uma síntese da situação do turismo no município e destaca as perspectivas desse setor para os próximos quatro anos. Por fim, se tem as considerações finais.

Desenvolvimento e sustentabilidade

O conceito de desenvolvimento sustentável prega, na sua origem, que a humanidade possa atender suas necessidades atuais sem, com isso, comprometer a possibilidade das gerações futuras suprirem as suas demandas. A partir dessa definição, exposta no relatório “Nosso futuro comum”, da Organização das Nações Unidas, em 1987, é questionada a importância de fatores não englobados por ela. Baroni (1992) coloca, por exemplo, que a ideia central do desenvolvimento sustentável continua pregando o que já vinha sendo colocado: o fim da pobreza com aumento dos índices de crescimento econômico.

Nessa lógica, Baroni (1992) revela que o crescimento nos moldes atuais comprometeu a possibilidade de desenvolvimento para as gerações futuras e, apesar disso, persiste a insistência em um modelo baseado no

crescimento econômico/produutivo. Ao discutir as várias interpretações de desenvolvimento sustentável, essa autora aponta a falta de definição precisa do conceito e as suas próprias contradições. Essas concepções, segundo Baroni (1992), são fruto da não diferenciação entre o que de fato é desenvolvimento sustentável e o que alguns autores gostariam que fosse.

Ainda, poderiam ser uma generalização entre as significações de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade ecológica – que estaria relacionada à reprodução ou esgotamento dos recursos (Baroni, 1992). Outras visões sobre a compreensão de desenvolvimento sustentável impõem limites ao crescimento porque ele é insustentável, do ponto de vista de produção de recursos. Há, ainda, a adição do termo sustentável à noção de desenvolvimento porque este é visto como incapaz de reduzir a pobreza e aumentar os níveis gerais de bem-estar.

Por sua vez, Veiga (2008) visualiza o conceito de desenvolvimento sustentável como um ideal sublime, superior, grandioso. Isso porque o termo sustentável dá a ideia de esperança em um convívio pacífico da humanidade com o ambiente, recursos naturais e produção, de modo a evitar colapsos ambientais. Logo, a ideia é criticada pelo autor porque não engloba questões importantes para o desenvolvimento saudável de sociedades em detrimento de uma visão economicista, baseada no crescimento econômico e no progresso material. Segundo Veiga (2008, p. 11), é “[...] um sério equívoco amesquinhar o ideal de desenvolvimento ao progresso material que o condiciona”.

Onze definições de desenvolvimento sustentável são reunidas por Baroni (1992) e, dentre essas, apenas uma fala em aspectos culturais, e outra destaca a importância do elemento saúde. Portanto, é possível notar uma supervalorização da questão financeira e de redistribuição de renda, vindo a ressaltar que o desenvolvimento sustentável defende ideias há muito já enfatizadas: o fim da pobreza e aumento dos índices de crescimento econômico, como colocado acima. Elementos que dizem respeito à qualidade de vida da sociedade são relegados ao segundo plano.

Veiga (2008) destaca que a cultura, o cuidado para com espécies ameaçadas de extinção, o incentivo à arte – poesia, música erudita –, a conservação do patrimônio cultural das sociedades, são atitudes não associadas às

necessidades, mas que compõem parte significativa do desenvolvimento humano nos últimos milênios. Em vista disso, para o presente trabalho, destaca-se a insuficiência do modelo tradicional de desenvolvimento sustentável para promover um acréscimo na qualidade de vida de determinadas sociedades – no caso, em relação à cidade paraense de Curuçá.

Tal padrão tem se mostrado incapaz de responder a questões importantes no âmbito local, por não englobar questões como a conservação do patrimônio municipal, a manutenção das identidades sociais regionais. Em Curuçá, o turismo tem papel determinante no que tange ao aumento das qualidades de vida dos habitantes da cidade. Assim, na seção seguinte, serão tratados aspectos referentes ao turismo como uma das atividades – junto com um conjunto de ações e demais fontes de renda – capazes de estimular a melhoria das condições gerais de vida no município.

Curuçá: aspectos históricos culturais e ambientais

Localizado no nordeste do estado do Pará, o município de Curuçá está a 130 quilômetros da capital Belém, na costa atlântica que compõe a Zona do Salgado. De acordo com Canindé (2015), esse município possui um território de aproximadamente 676,30 Km², que se limita, ao norte, com o Oceano Atlântico, ao sul, com o município de Terra Alta, a leste, com o município de Marapanim, a sudoeste, com o município de São João da Ponta e, a oeste, com o município de São Caetano de Odivelas.

Segundo Batista (2010), Curuçá possui 08 distritos conhecidos localmente como vilas; a saber: Nazaré do Mocajuba, Ponta de Ramos, Boa Vista do Iriteua, Lauro Sodré, Araquaim, Muriá, Mutuacal e a Povoação São João do Abade. Ainda, possui 62 comunidades rurais distribuídas ao longo dos distritos identificados acima. Desse total, 39 situam-se na zona do planalto e 23 estão nas regiões de rios e várzeas. Como se depreende de IBGE (2010), os números do último censo informam uma população de 34.294 habitantes, dos quais 13.027 compõem a população urbana e 20.741 a rural.

Dados da historiografia local (Canindé, 2015; Ferreira, 2005) revelam que a história de Curuçá confunde-se com a própria história da dominação e expansão portuguesa na Amazônia.

Nessa lógica, sua fundação data do século XVII, em função da Provisão Régia de 23 de setembro de 1652, sancionada por Dom João IV, então Rei de Portugal. No ano seguinte (1653), os padres jesuítas Mateus Delgado e Manoel de Souza recebem do Padre Antônio Vieira a missão de levar “a cruz e o evangelho” para as 135 aldeias da região, dentre elas, Curuçá.

Conforme Canindé (2015) e Ferreira (2005), a origem do nome atual do município é uma referência ao objeto símbolo do cristianismo, posto que “Curuçá” era um termo Tupi utilizado pelos indígenas Tupinambás para designar a cruz cristã. De acordo com Ferreira (2005), no início do século XVIII, precisamente em 1707, a permanência dos padres jesuítas na então aldeia Curuçá é autorizada pelo rei de Portugal. Assim, a missão religiosa foi se firmando e, em 1730, já possuía aproximadamente 500 indígenas.

Em virtude do crescimento populacional, Dom Francisco Xavier de Mendonça Furtado (então Governador do Grão Pará) promoveu a elevação da aldeia à categoria de vila, isso em 03 de julho de 1957, ocasião em que passou a ser denominada Vila Nova de El Rey (Ferreira, 2005). Além de efetivar a dominação portuguesa nessa região, a presença dos jesuítas instaurou um forte processo de aculturação de matriz católica e europeia, cujo alvo principal foi a população nativa. Atualmente, a herança desse decurso é facilmente percebida nos imóveis que compõem o centro histórico de Curuçá, bem como em inúmeras manifestações culturais e religiosas do município.

As manifestações religiosas destacam-se em meio ao calendário festivo do município, ratificando a influência católica no cotidiano local. Conforme Falcão (2013), dentre as festividades de cunho religioso, três possuem um destaque maior, são elas: a festa em homenagem a São Pedro, ocorrida em 29 de junho; o Círio de Nossa Senhora do Rosário, realizado no segundo domingo de setembro; e a festa em louvor a São Benedito, celebrada no terceiro domingo de dezembro. Nos termos de Falcão (2013), procissões, ladainhas, arraiais, leilões, derrubadas de mastros e festas dançantes são elementos que compõem os eventos religiosos e atraem um número expressivo de participantes, inclusive turistas e visitantes.

Ademais, ainda há outras manifestações culturais relevantes, tais como o Festival do Folclore, realizado no final do mês de julho. Essa festividade agrega as apresentações de grupos de

folia (conhecidos pela romaria musical), de quadrilhas juninas, de bois-bumbás, grupos dos Pássaros Juninos e de danças variadas como o lundú e o carimbó (Falcão, 2013). Curuçá é um dos berços desse último ritmo, pois um dos grandes Mestres do carimbó é natural da cidade. Isso embora exista todo um debate em relação às “origens” do carimbó, disputado fortemente entre Curuçá e Marapanim.

Trata-se do Sr. Zeferino Leal, popularmente conhecido como Negro Uróia. Em reconhecimento à importância do Negro Uróia para o carimbó e para a cultura local, há na cidade de Curuçá um monumento em sua homenagem construído pela prefeitura. Adiante, a Fotografia 1 ilustra o referido monumento.

Fotografia 1: Monumento em homenagem ao Negro Uróia, um dos mestres do carimbó



Fonte: Acervo pessoal dos autores, junho de 2017.

Destaca-se, ainda, o carnaval local como sendo um dos mais populares do Estado e responsável por atrair muitos foliões que brincam pelas ruas da cidade, em meio a inúmeros blocos. Para Falcão (2013), o bloco dos “Mascarados” é um dos que mais se destaca. Além dele, há o “Arranco dos Andirá”, criado em alusão à contribuição indígena na história do município e que sempre buscou explorar em seus enredos o resgate da história local.

Embora figure como um dos blocos mais tradicionais, o “Arranco dos Andirá” ficou por muito tempo afastado do carnaval. A partir de

2017, através dos esforços da Academia Curuçense de Letras, Artes e Ciências (ACLAC), o bloco retomou sua participação no carnaval da cidade (Simonian, informação oral). Contudo, em virtude do destaque recebido pela mídia nacional, o bloco “Pretinhos do Mangue” é o que mais atrai o público. Seus brincantes entram no manguezal e, em seguida, percorrem as ruas de Curuçá cobertos de lama, num apelo à proteção do manguezal, ecossistema importantíssimo para a manutenção da biodiversidade e dos modos de vida da região. A seguir, nas Fotografia 2 e 3, é possível observar aspectos do bloco e da quantidade de brincantes.

Fotografia 2 e 3: a) brincantes saindo no mangue e já caracterizados com fantasia de lama; b) bloco Pretinhos do Mangue percorrendo as ruas de Curuçá em 2015



Fonte/autoria: Arquivo de L. Simonian, 2015.

Ainda em meio aos elementos da cultura, destaca-se o artesanato. Para Falcão (2013), ele é marcado por peças de caráter utilitário e de decoração, tais como: pequenas embarcações e apetrechos de pesca, em consonância com a tradição pesqueira do município. Toda essa efervescência cultural conferiu à Curuçá o título de “Terra do Folclore”, status que orgulha sua população, segundo as impressões que se teve na pesquisa de campo.

Para além dos elementos da religiosidade, festas, danças, ritmos e artesanato, a cultura de Curuçá é marcada pela influência do meio ambiente natural. Por estar situado na costa atlântica que compõe a Zona do Salgado paraense, é forte a presença dos manguezais nas porções litorâneas e semilitorâneas do município. Segundo a bibliografia especializada (Furtado, Silveira, Santana, 2012), uma das características marcantes do mangue é a transição entre os ambientes costeiro e marinho.

Tal perfil faz com que esse tipo de ecossistema viva sob o efeito das marés e possua flora e fauna singulares, bem como um relevo peculiar formado por lagos, rios e desembocaduras entremeados por águas doce e salgada. Em virtude da sua relevância para o ambiente marinho, no Brasil, os mangues são protegidos por legislação federal. A partir de Simonian et al. (2012), sabe-se que esse cenário ambiental conferiu à Curuçá uma vocação histórica para a pesca.

Ainda, influenciou hábitos alimentares, tradições e atividades econômicas. Nesses termos, depreende-se de Simonian et al. (2012) que a biodiversidade local é utilizada na produção de cerâmica, as árvores frutíferas nativas são

importantes no âmbito doméstico, além de estarem presentes na economia local. Na ilha Pacamorema, por exemplo, o bacurizeiro é usado tanto na alimentação como tem parte de sua safra vendida para as comunidades próximas, como em Caratateua.

Seguindo com os dados de Simonian et al. (2012), itens da flora habitam o universo de conhecimentos da medicina tradicional. Assim, benzedores e parteiras utilizam-se de plantas medicinais para o combate das enfermidades da população. Adiante, o Quadro I ilustra como o conhecimento dos efeitos curativos das plantas é utilizado na ilha Pacamorema, uma das 62 comunidades situadas ao longo dos distritos de Curuçá.

Quadro I: Plantas medicinais e usos em Pacamorema, Curuçá-PA

Nome Popular	Parte Aproveitada	Preparo/Finalidade
Araçazeiro (<i>Psidium cattleianum</i>)	Casca	Infusão para diarreia
Bacurizeiro (<i>Platonia insignis</i>)	Resina	Emplastro/Baque
Cajueiro (<i>Anacardium occidentale</i>)	Flor	Infusão para diarreia
Goiabeira (<i>Psidium guajava</i>)	Casca	Infusão para diarreia
Jaqueira (<i>Artocarpus heterophyllus</i>)	Leite	Remédio para baque

Fonte: Adaptado de Simonian et al. (2012, p. 30).

Ao considerar-se a percepção da exaustão dos recursos naturais no litoral do município, em especial nas suas áreas de mangue, em dezembro de 2002, se tem a instituição da Reserva Extrativista (RESEX) Mãe Grande de Curuçá. De acordo com Falcão (2013), com uma área de aproximadamente 37.000 hectares, essa criação foi motivada pela mobilização de movimentos sociais locais.

A instituição dessa Unidade de Conservação (UC) objetivou a proteção dos manguezais e dos recursos pesqueiros ameaçados pela captura inadequada de caranguejos, ao descarte inapropriado de lixo doméstico, bem como ao assoreamento do rio e ao desmatamento para a construção de barracas de pescadores, criadouros de camarão e residências. A Fotografia 4 ilustra parte da RESEX em questão.

Fotografia 4: Área de mangue pertencente à RESEX Mãe Grande de Curuçá situada na área urbana do município. Ao fundo, se vê aspectos do centro histórico da cidade.



Fonte: Acervo pessoal de Ligia T. L. Simonian, abril de 2017.

Apesar de toda a peculiaridade histórica, diversidade cultural e riqueza ambiental, Curuçá pouco avançou no quesito desenvolvimento. Estudos recentes (Batista, 2010; Falcão, 2013; Freire; Ferreira, 2015; Simonian et al., 2012) indicam insustentabilidades em vários aspectos, tais como: desaparecimento progressivo de modos de vida tradicionais e manifestações culturais, agravamento de conflitos socioambientais, elevados índices de pobreza, violência e analfabetismo, ausência de saneamento básico, insuficiência e precariedade de escolas, postos de saúde e hospitais, pouca oferta de emprego e baixo índice de desenvolvimento humano.

Na pesquisa de campo, muitos desses aspectos ficaram evidentes. Portanto, demonstraram a urgência de estratégias de desenvolvimento adequadas às especificidades e demandas locais. Adiante, se tem a descrição das impressões que se teve em campo, bem como das observações que mais chamaram a atenção para a discussão proposta nesse texto.

Os descaminhos da “Terra do Folclore”

A pesquisa de campo no município de Curuçá ocorreu no período de 15 a 17 de junho de 2017,

sob a supervisão da Prof. Dr. Ligia T. Lopes Simonian. A metodologia utilizada constou da técnica do survey, por meio da qual se entrevistou autoridades municipais e lideranças locais atuantes; e também se fez uma documentação fotográfica envolvendo as problemáticas de gestão e outras em âmbito local.

Os entrevistados foram: o prefeito atual, Jeferson Ferreira de Miranda; a Secretária Municipal de Saúde, Maria do Socorro Pinheiro Ruivo; o Secretário Municipal de Educação, Joaquim Ribeiro da Luz; a Secretária Municipal de Pesca e Aquicultura, Maria do Rosário Saraiva Chagas; a Secretária Municipal de Turismo, Rafaela Sayuri de Lima Ohashi; a equipe técnica da Secretaria de Turismo, nas figuras de Tiziane Matos e Henrique Campos; o Secretário Municipal de Obras e Urbanismo, Newton Roberto Alves de Campos; o professor e membro da ACLAC, Raimundo de Moraes Santos; o historiador e professor de história, Paulo Henrique Ferreira dos Santos; bem como outros moradores.

Há apenas seis meses sob o comando administrativo do município, a equipe de gestores públicos de Curuçá apresentou um discurso uníssono no que diz respeito aos planos

para o desenvolvimento qualitativo local. Desse modo, nessa etapa inicial da gestão, os esforços estão voltados para a “arrumação da casa” (Miranda, 2017, n. p.). Segundo o prefeito, tal ação é necessária para reverter a inadimplência do município junto ao Cadastro Único de Convênios (CAUC), e para administrar a dívida de dezenove milhões e trezentos mil reais herdada da administração anterior.

Em consonância com as intenções expostas pelo chefe do Poder Executivo municipal, o Secretário Municipal de Obras e Urbanismo, Newton Roberto Alves de Campos, esclareceu como a gestão municipal pretende resolver os dois problemas descritos no parágrafo anterior:

A nossa perspectiva é criar equipes interdisciplinares para que a gente possa ter pessoas com expertise não só para o agora, mas para o futuro. Queremos grupos qualificados para que a prefeitura se fortaleça e seja vista como uma estrutura capaz de captar recursos, capaz de entender editais e possa dizer assim: prefeito, isso aqui dá pra gente ir; isso aqui não dá, não tem como [...]. Queremos construir um grupo que some na captação de recursos públicos e que, além de captar, saiba executar adequadamente [...] (Campos, 2017, n. p.).

A revisão e atualização do Plano Diretor também foram postas como necessidades urgentes em meio à tarefa de reorganização administrativa municipal. No geral, as falas de todo o secretariado apontaram o esforço em possibilitar uma atualização compartilhada do documento, visando garantir a inclusão das comunidades em todo o processo de elaboração do mesmo, de modo a torná-lo um espelho das necessidades e demandas efetivas de Curuçá.

Uma vez arrumada a casa, a gestão municipal manifestou a intenção de investir em setores específicos, chamados pelo prefeito de “pilares” da sua gestão (Miranda, 2017, n. p.). De acordo com ele, o investimento nesses pilares vislumbra reverter a dependência financeira dos recursos federais e promover a dinamização econômica local, gerando, assim, mais empregos para a população. Nessa direção, o turismo foi indicado como um dos pilares a ser construído. Nas palavras do prefeito:

O nosso ponto chave para a economia crescer no município é o turismo. Quando eu falo de turismo, ele tem que ser profissional, não pode ser amador [...]. Então eu penso no turismo profissional pra que

ele possa aumentar a nossa renda. Ele é uma oportunidade de captação de renda que a gente tem [...] (Miranda, 2017, n. p.).

A despeito do turismo ter sido indicado pelo prefeito como um dos setores a ser priorizado na gestão em andamento, a pesquisa de campo indicou um turismo pouco explorado.

Paralelamente a isso e, apesar de Curuçá ser considerada a “terra do folclore”, observou-se o descuido de elementos históricos e culturais importantes, além da vulnerabilidade do patrimônio cultural local. Conforme desenvolvido adiante, esses aspectos parecem não estar sendo percebidos pelas políticas públicas locais. Realidade que ameaça a perpetuação de tradições, de modos de criar, fazer e viver, bem como ignora a potencialidade desses elementos para o fomento do turismo.

Como pontuado anteriormente, durante os séculos XVII e XVIII, a atuação de padres jesuítas no atual território de Curuçá efetivou a dominação portuguesa da região e instaurou um forte processo de aculturação de matriz católica e europeia, cujo alvo principal foi a população indígena. De acordo com o relato de Paulo Henrique Ferreira dos Santos, historiador e professor de história da rede pública de ensino local, o processo descrito foi tão efetivo e intenso que invisibilizou paulatinamente a memória da contribuição indígena na construção histórica do lugar. Eis o relato do entrevistado:

[...] as pessoas exaltam muito a questão dos jesuítas, só que a gente tem que olhar os dois lados porque, assim como veio a cultura dos brancos pra cá, a gente foi perdendo a nossa ancestralidade indígena, a gente foi perdendo muita referência [...]. Foi tão grande a formação cultural colonizadora aqui que nós não temos nenhuma família com o sobrenome indígena; todas são nomes de portugueses ou de espanhóis e isso deixa de lado toda uma referência de uma comunidade que surgiu de uma aldeia indígena [...], no caso de Curuçá, surgiu dos índios Tupinambás [...] (Ferreira, 2017, n. p.).

A fala de Paulo Henrique torna nítido o descuido para com elementos históricos e culturais importantes na compreensão da trajetória histórica do município. Essa desatenção não está restrita a elementos indígenas, ela abrange, ainda, componentes ligados à presença negra no território em questão. Segundo o entrevistado,

lugares de memória vinculados à participação negra na história local estão sendo destruídos. Exemplo disso é a demolição de um pelourinho localizado na praça principal da cidade, o qual foi inaugurado em 03 de julho de 1757, ocasião em que a então aldeia Curuçá foi transformada na Vila Nova de El Rey⁸¹. Segundo o entrevistado em tela, esse pelourinho foi derrubado em 1969 e no lugar dele construiu-se um chafariz. Além de expressar o contexto de uma reforma urbana orientada por uma estética cultural dominante, a demolição do pelourinho corroborou para o ocultamento da resistência e do sentido histórico de índios e negros escravizados na região.

Nesse ponto, a própria memória de Zé Pedro – ícone da identidade cultural de Curuçá por conta da influência no surgimento do carimbó e pai do negro Uróia – foi maculada por muito tempo. Para o entrevistado:

[...] tanto os negros como os índios sempre foram colocados como distantes da formação social e cultural do povo daqui. Quando se falava nos negros, pegavam algumas referências, mas não referências do ponto de vista da exaltação da cultura negra [...]. Por exemplo, quando se falava no Zé Pedro, o pai do negro Uróia, não se falava da resistência dele e da participação no movimento contra a escravidão. Se falava dele como um ladrão, diziam que ele roubava coco dos coqueirais que faziam frente pro mar [...]. A memória dessas pessoas era motivo de brincadeiras, de chacotas [...] (Ferreira, 2017, n. p.).

Além de que, embora os monumentos, os símbolos e as tradições da colonização europeia sejam percebidos mais facilmente nos espaços do município, se observou no estudo de campo que esses elementos também não têm escapado da desatenção das políticas de preservação e valorização cultural. Nas palavras de Paulo Henrique Ferreira dos Santos:

[...] uma das coisas que está se perdendo aqui é o Anjo da Verônica cantando em latim, que remonta aos jesuítas. A única pessoa que ainda sabe cantar é esta senhora daqui de perto [...] e, devido a idade dela, já tem dificuldades para repassar esse conhecimento. A gente até precisa gravar pra preservar isso [...] (Ferreira, 2017, n. p.).

Isto posto, observa-se que de modo contrário aos dispositivos legais que orientam a política de preservação cultural vigente no país (Brasil, 1988), as referências dos variados grupos formadores da identidade cultural de Curuçá não estão recebendo a atenção devida. Fato que ameaça a preservação de elementos históricos importantes e impõe obstáculos para o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, tal como assevera o artigo 215 da Constituição Federal de 1988.

Pari passu a esta impressão, constatou-se um cenário ambiental frágil, dado os conflitos socioambientais no âmbito da RESEX Mãe Grande de Curuçá. Embora a criação da RESEX esteja associada a tentativas de proteção e manutenção dos modos de vida e da cultura da população extrativista local, sua sustentabilidade é deficiente. Percebeu-se essa fragilidade in loco, durante uma reunião dos pescadores locais que discutiu conflitos na orla do Distrito de Abade, uma das principais comunidades pesqueiras do município.

Na ocasião, reuniram-se representantes da prefeitura de Curuçá, na figura de Maria do Rosário Saraiva Chagas, Secretária Municipal de Pesca e Aquicultura, membros do poder legislativo e pescadores. A pauta principal do encontro foi a deliberação da retirada de barcos abandonados no porto de Abade. Conforme exposto na reunião, essas embarcações estariam sendo utilizadas para o consumo de drogas e outros ilícitos, provocando, assim, a elevação dos índices de violência no município, além de tumultuarem o fluxo de barcos.

No decorrer da reunião, os pescadores questionaram o papel dos barcos abandonados no cenário da violência local e expuseram uma série de outros problemas que, de acordo com eles, estaria somando para o incremento da violência e dificuldades da atividade pesqueira. A partir das falas desses profissionais, tornou-se claro que a violência tem sido motivada por aspectos outros que não são os barcos abandonados na orla, a saber: a fragilidade na segurança pública e ausência de policiamento efetivo, a deficiência na iluminação das vias, o elevado consumo de bebida alcoólica, a insuficiência do setor econômico em atender as

⁸¹ Em virtude das estratégias de Marquês de Pombal, no ano de 1757, alguns povoados da região passam por mudanças administrativas e são transformados em vila. Esse foi o caso

de Curuçá que, ao ganhar o status de vila, recebeu a denominação de Vila Nova de El Rei.

expectativas da população e, sobretudo, o distanciamento do Estado para com os problemas sociais locais.

Para os pescadores, os fatores descritos têm limitado a prática da pesca, dada a insegurança e restrições impostas a eles. Soma-se a isso, outros problemas já sinalizados pelo meio especializado (Batista, 2010; Falcão, 2013; Simonian et al., 2012) e constatados no estudo de campo; são eles: a redução progressiva dos recursos naturais; a participação coletiva incipiente na gestão da RESEX; as queimadas; e a comercialização ilegal de itens da flora e da fauna.

Cultura, patrimônio e desenvolvimento local

Ancorado na modernidade, de acordo com Viola (2000), o discurso predominante de desenvolvimento possui uma perspectiva evolucionária baseada no economicismo. Dentro dessa lógica e a partir de um modelo ocidental (Meillassoux, 1992), as sociedades poderiam alcançar o ápice do desenvolvimento de modo natural, através de um processo linear. Disseminada nos países da América Latina, a concepção tradicional de desenvolvimento impôs projetos exógenos que têm causado desterritorialização de populações, degradação ambiental e deterioração de modos de vida.

Na Amazônia, a trajetória se repete. Como indicado por Simonian (2014; 2005), ao negligenciar as relações de comunidades tradicionais com o seu meio, os projetos de desenvolvimento na região têm provocado insustentabilidades nos aspectos humano e social, bem como ocasionando deterioração de modos de convivência e isolamento social. Como exposto até aqui, em Curuçá, o processo tem sido o mesmo. Embora o município disponha de recursos culturais e naturais com potencial para garantir a qualidade de vida da população, a realidade local deixa a desejar nos aspectos sociais e econômicos.

Em vista do cenário observado no município, propostas fundadas naquilo que Pietersen (2000) denomina de pos-development demonstram-se pertinentes para a realidade local. No dizer desse autor, o pos-development se constitui na resistência aos impasses dos modelos e práticas tradicionais de desenvolvimento. Nesses termos, tal como sinaliza Escobar (2005a), estratégias de enfrentamento às perspectivas dominantes do desenvolvimento são necessárias. Só esse

enfrentamento será capaz de promover a justiça social, elevar a qualidade de vida da população, preservar o patrimônio cultural e permitir a manutenção de identidades locais de Curuçá, muitas das quais possuem uma relação íntima com a natureza.

Como sugere Escobar (2005b), a teoria do pós-desenvolvimento é um espaço de esperança para a reintrodução de uma dimensão baseada no lugar, nas discussões a respeito da globalização. Assim concebida, a teoria do pós-desenvolvimento (aliada à ecologia política) viabilizaria a inclusão de práticas econômicas assentadas no lugar ao processo de definição das ordens alternativas. Para o autor, essa inserção viabilizaria uma reafirmação do lugar, tornando possível reconceber e reconstruir o mundo a partir de uma perspectiva de práticas fundadas no lugar.

Ainda, a reafirmação do lugar pode impulsionar o desenvolvimento endógeno (Barquero, 2001), de modo a encontrar um modelo de desenvolvimento que leve em conta as especificidades de espaços afastados dos grandes centros econômicos. Nestes termos, adiante, o texto problematiza o turismo como uma alternativa para a construção de um modelo de desenvolvimento alicerçado na sustentabilidade dos mais variados aspectos: humano, cultural, social, econômico e ambiental. Antes disso, porém, discute-se a base conceitual que orienta a atual política de preservação do patrimônio cultural e oferta as diretrizes para a associação entre cultura, meio ambiente e desenvolvimento.

Insto posto, dentre as várias definições atribuídas ao termo cultura, buscou-se para esse trabalho uma que não representasse tão somente à ideia de costumes, crenças e valores. Logo, apesar de centenária, a definição de Tylor (1871) se mostrou adequada. De acordo com o mesmo Tylor (1871, p. 1), a cultura “[...] é o conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, o costume e todas as demais capacidades ou hábitos adquiridos pelos seres humanos enquanto membros de uma comunidade”.

Embora essa conceituação seja ampla e permita que se agreguem aspectos materiais e imateriais da cultura, a eleição dos bens representantes do patrimônio cultural de povos nem sempre abrangeu a amplitude conceitual do termo cultura, muito menos a diversidade social de

grupos humanos. Em sua gênese, o conceito de patrimônio cultural atendeu aos interesses de consolidação dos Estados-Nação e privilegiou a preservação de registros que destacavam a memória de grupos dominantes (Choay, 2001). No Brasil, essa lógica deu bases para o Decreto Lei nº 25/1937, instrumento legal que regeu a política cultural nacional por décadas no século XX.

Conforme Chuva (2012), fundada numa perspectiva elitista e ocidental, essa política ocultou o sentido histórico e as criações de grupos étnicos e sociais postos nas margens pela história tradicional. Com base em Chuva (2012), compreende-se que, ao ser orientada por critérios de monumentalidade e vinculada à construção de uma identidade nacional, a política tradicional do patrimônio no Brasil forjou a escolha dos bens representativos da identidade cultural brasileira. Deste modo, os monumentos de porte grande (símbolos da colonização europeia no país) foram eleitos como os bens patrimoniais “merecedores” de serem preservados para as gerações futuras.

Portanto, em detrimento das criações, dos lugares, dos modos de criar, fazer e viver de indígenas, negros, imigrantes e demais grupos formadores da identidade cultural nacional, a política tradicional de gestão inculcou no imaginário popular que o patrimônio cultural é composto tão somente pelos bens de pedra e cal. Sinais de mudança surgem a partir da Constituição Federal de 1988, quando se tem o enfraquecimento da ideia de nação em favor do fortalecimento de recortes identitários de outras naturezas. Subtende-se de Porta (2012) que, ao tentar um desprendimento da concepção de uma identidade nacional única, a CF/1988 reconheceu a diversidade cultural do Brasil e a miríade de seus suportes de memória.

Tal reconhecimento está expresso no artigo 216, através do qual, pela primeira vez um texto constitucional contempla como patrimônio a dimensão material e imaterial da cultura, bem como faz referência à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. É assim que dispõe o seu artigo 216, caput:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos

diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I– as formas de expressão;

II– os modos de criar, fazer e viver;

III– as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV– as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V– os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

Ao admitir a diversidade cultural do país, a CF de 1988 (Brasil, 1988) diminui o distanciamento entre as concepções de patrimônio e de cultura.

Desse modo, adequou-se a conceituação do patrimônio à ampla dimensão da segunda. Indo além, através dos artigos 225, 215 e 216, a CF/1988 estabeleceu, ainda, um vínculo indissociável entre meio ambiente, patrimônio cultural e cidadania. Por sua vez, isso provocou alterações na política de preservação cultural no Brasil, posto que, de acordo com Souza Filho (1999), entendido em sua plenitude e sob uma ótica humanista, o meio ambiente compreende não apenas a natureza como as transformações nela realizadas pelo ser humano.

Desse modo e conforme Ramalho Filho (1999), no passado, embora tenha sido limitada a bens monumentais, excepcionais e tangíveis, na atualidade, a concepção de patrimônio cultural está associada à construção social. Para este autor, a ampliação dos significados de patrimônio tem engendrado a aproximação de seus componentes, tornando evidente a sinergia e indissociabilidade entre: antigo e recente; tangível e intangível; cultural e natural. Para Ramalho Filho (1999), além de provedora de recursos, a natureza é principalmente um marco cultural que soma fundamentalmente para a definição de uma identidade local, regional e nacional.

Assim, o diálogo entre as dimensões natural e cultural do patrimônio apresenta importância prática e significativa na construção de um modelo diferenciado de desenvolvimento. Um modelo que critique as imposições do desenvolvimento fundado na lógica capitalista e construa uma relação ética com o meio ambiente, tal como asseveram Escobar (2005a) e Rech e Rech (2016). A ter-se em vista a realidade observada em Curuçá, é mister a construção de um modelo de desenvolvimento diferenciado capaz de fomentar de modo

concomitante a valorización de elementos da cultura, a proteção do patrimônio cultural, o usufruto social dos bens culturais, o desenvolvimento local, a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente.

Nessa direção, avalia-se que, se explorado adequadamente, o turismo pode somar para o alcance desse cenário. E pelas características do município e da RESEX Mãe Grande, o Turismo de Base Comunitária (TBC) há de ser pensado no sentido de valorização da paisagística local, dos recursos naturais e culturais e dos recursos humanos. Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009) e Gomes, Cabral e Lima (2017) estão dentre os autores e obras a serem vistas para uma discussão introdutória.

Patrimônio cultural e turismo

As transformações paradigmáticas e jurídicas no campo do patrimônio cultural refletiram-se nas políticas de preservação orientadas pelo Estado brasileiro. Desafiadas a representar a formação plural da cultura brasileira, a partir do início do século XX, de acordo com Porta (2012), tais políticas vêm representando um esforço para: i) cristalizar em ações a atualização do conceito de patrimônio; ii) formular diretrizes de orientação à ação institucional com foco no envolvimento da sociedade; e iii) promover o desenvolvimento local e a potencialização das possibilidades de fruição do patrimônio cultural.

Contudo, conforme compreende-se de Simonian (2014), a cultura tem ocupado lugar periférico nas estratégias tradicionais de desenvolvimento. Inclusive, há quem a encare como um obstáculo para esse último, conforme assinalado por Crewe e Harrison (2005). Diante dessa negligência, não são raros os casos de expressões e bens culturais esquecidos e/ou invisibilizadas por projetos endógenos. Como exposto anteriormente, Curuçá não escapa dessa tendência.

Para além dessa desatenção, há a problemática do contingenciamento orçamentário das políticas públicas de valorização da cultura e do patrimônio cultural. Em virtude disso, muitas expressões e objetos culturais não têm recebido recursos necessários para ações como: inventários, restauração e manutenção. No caso dos imóveis de valor histórico e/ou artístico, é crescente o número dos que são consumidos pela ação do tempo e acabam desmoronando. O próprio centro administrativo de Curuçá possui

imóveis de valor histórico em situações de abandono e prestes a desabar.

A esse respeito, Brusadin (2012) enfatiza que os bens culturais nessa condição transformam-se em equipamentos com pouca utilidade social e nenhuma viabilidade financeira. Assim, segundo o autor, o patrimônio mantém sua aura, mas não se mantém. Logo, a princípio, é no quesito sustentabilidade que turismo e patrimônio cultural podem se aproximar como aliados.

Isto posto e de acordo com Brusadin (2012), embora alguns autores visualizem o turismo como um adversário do patrimônio, parece importante partir da hipótese contrária, uma vez que a negativa do Estado para com os elementos da cultura colocam elementos do patrimônio sob o risco de desaparecimento. No dizer do autor, na atualidade, um dos fenômenos mais característicos da economia globalizada é o turismo cultural, definido por ele como sendo todo deslocamento em que o principal atrativo seja algum aspecto da cultura humana.

Dentre os aspectos positivos do turismo cultural, Brusadin (2012) destaca não apenas a oferta de espetáculos ou eventos, mas também a existência e a preservação de um patrimônio cultural representado por museus. Ainda segundo o autor, essa modalidade de turismo permite que membros de uma comunidade adquiram consciência do papel que sua cidade representou em determinada época. Para ele, devidamente planejado, o turismo cultural permite que a comunidade engaje-se no processo de recuperação da memória coletiva, de reconstrução da história. Nesse processo, para Brusadin (2012), um planejador competente dosa a quantidade de turistas que podem estar em um lugar sem saturá-lo e sem que a população se sinta invadida.

O turismo em Curuçá: realidade e perspectivas

Na ocasião em que a pesquisa de campo se deu em Curuçá, constatou-se no município uma administração recém empossada, a qual demonstrou certo esforço para planejar a gestão dos próximos quatro anos, de modo alinhado às necessidades básicas do lugar e com vistas ao crescimento da qualidade de vida da população. No que tange ao turismo, a unificação de secretarias foi indicada como uma condição que engessou o incremento dessa atividade econômica nos últimos anos.

De acordo com Tiziane Matos, técnica de turismo do município entrevistada no estudo, assim como em outros interiores do Pará, por muito tempo, a secretaria de turismo de Curuçá funcionou de modo unificado com outras secretarias, tais como as de educação e cultura. Essa junção, segundo a entrevistada, possuiu reflexos na autonomia do setor e este se limitava a realizar festividades e eventos. Desse modo, somente a partir de 2005 é que foi possível introduzir elementos técnicos básicos do turismo em Curuçá. Alguns desses elementos foram: o inventário, a pesquisa de demanda e a criação do Conselho de Turismo.

No entanto, de acordo com a entrevistada, até aí, a secretaria ainda não havia ganhado autonomia. Essa condição só veio em 2009, quando se dá o desmembramento da secretaria de cultura. A partir de então, é que foi possível o planejamento de roteiros e obras. Nesse contexto, segundo se depreende de Freire e Ferreira (2015), o ecoturismo de base comunitária ganha certa proeminência em Curuçá. Isso em função das atividades do Instituto Peabiru, uma ONG que surgiu com o objetivo de valorizar a diversidade cultural e ambiental do município, além de apoiar processos de transformação social na Amazônia.

Ao iniciar suas atividades e através de uma parceria com a Pastoral da Juventude, a ONG se aproximou da Associação dos Usuários da RESEX Mãe Grande de Curuçá (AUREMAG). No dizer de Freire e Ferreira (2015), dessa aproximação surgiu o projeto Escola Casa da Virada, o qual promoveu cursos de capacitação e troca de conhecimentos com a população local. Em meio aos cursos, estava o de agentes ambientais, criado para capacitar filhos de agricultores, pescadores e professores. Foi esse curso deu o pontapé para as primeiras ações de turismo de base comunitária em Curuçá.

Como desdobramento desse contexto, o Instituto Peabiru conseguiu organizar cursos de capacitação empresarial, montar uma cooperativa e uma agência comunitária com recursos adquiridos por meio de um projeto submetido ao Ministério do Turismo. Em virtude de toda essa movimentação de agentes, tem-se o surgimento do Instituto Tapaim, oficializado em 2010 (Freire; Ferreira, 2015). Conforme Freire e Ferreira (2015), o Tapaim possuía roteiros que abrangiam quatro comunidades, eleitas por conta de sua logística de acesso, assim como por seus atrativos naturais.

As quatro comunidades eram: Pedras Grandes, Recreio, Praia da Romana e Muriazinho. Informam as autoras que os passeios realizados nessas localidades objetivavam apresentar não somente as belezas naturais aos turistas, como também fazê-los observar aspectos do cotidiano como: a catação de caranguejos, a pesca artesanal, a criação de abelhas e a agricultura familiar. Apesar de valorizar o protagonismo social, agregar a população local e ser desenvolvido com a intenção de gerar renda para as comunidades, nesse interim, o ecoturismo de base comunitária não atendeu às expectativas de muitos membros do Instituto Tapaim.

Segundo Freire e Ferreira (2015), a renda obtida do ecoturismo era insuficiente para atender as necessidades da rede de colaboradores do instituto, notadamente dos agentes locais. Além de que, divergências de interesses e desavenças pessoais acabaram colocando fim às atividades do Instituto Tapaim. Contudo, o atual Posto de Informação Turística é um dos produtos desse contexto e permanece como herança para ações futuras.

Lado a lado ao processo descrito, Curuçá viveu trocas contínuas na administração municipal e, no período de 2013 a 2016, teve a Secretaria de Turismo novamente unificada com a pasta da cultura. Nessa lógica, de acordo com a técnica de turismo Tiziane Matos (2017, n. p.), as festividades e eventos voltaram a prevalecer na agenda do turismo. A partir de janeiro de 2017, quando assume a administração atual, o setor vive um momento de reestruturação e de retomada da autonomia, posto que, mais uma vez, a secretaria de turismo é desvinculada administrativamente da secretaria de cultura.

Após esse percurso, atualmente, a secretaria de turismo de Curuçá vem dedicando-se ao fortalecimento da parte técnica do setor, na tentativa de construir uma base sólida que permita o planejamento e execução de políticas públicas de modo eficiente e duradouro. Nas palavras de Tiziane Matos:

[...] a gente tá na fase de fazer o Plano de Turismo do município, em parceria com a SETUR. A gente já fez a atualização do inventário e falta só a gente rever pra poder imprimir, e ele é uma das ferramentas pra gente poder fazer o Plano. Uma das novidades vislumbradas é a produção associada ao turismo porque em Curuçá se tem alguns elementos fortes: o natural, a agricultura e a cultura. Mas a

gente ainda não tem um produto formado, que é o turismo, para poder vender para as agências [...]. Então quando se fala de produção associada ao turismo, é justamente esse tripé (natureza, agricultura e cultura). Então a gente tá com um projeto na comunidade de São Pedro [...], lá tem o prédio de um mercado municipal que ainda não tá funcionando [...] a gente pretende reformar o espaço pra poder fazer a venda da produção associada e pegar esse público que vai pra Marudá [...]. Então realmente a gente precisa sentar com a comunidade pra preparar todos esses atrativos, de forma a possibilitar a venda [...] (Matos, 2017, n. p.).

Embora seja nítida a preocupação com o planejamento, o que é positivo do ponto de vista da gestão pública, a fala da entrevistada evidenciou a inexistência de projetos que explorem o potencial pesqueiro de Curuçá.

Essa ausência deixa a impressão de que a pesca não é prioridade nas estratégias de turismo a serem planejadas para os próximos quatro anos. Isso, por sua vez, contraria a manutenção das identidades regionais e vai de encontro com a realidade e necessidades de parcela considerável da população local. Para além desse aspecto, no decorrer da entrevista, ficou claro que os projetos voltados para a cultura possuem um olhar limitado diante da diversidade cultural do município.

Desse modo, quando se falou de projetos culturais, em geral, referia-se somente a aspectos da dança, música e/ou manifestações religiosas. Apesar de serem aspectos importantes, a cultura é mais abrangente e abarca muitos outros elementos como, por exemplo, a literatura, as artes plásticas, os lugares de convívio, os modos de criar, fazer e viver.

Paralelamente ao cenário de planejamento e reestruturação administrativa, verificou-se no município uma série de elementos que, se não visualizados nessa fase inicial de organização, se constituirão como aspectos impeditivos para o fomento do turismo, são eles: a precariedade da rede hoteleira e a deficiência nos campos da saúde, educação, infraestrutura e saneamento. Ainda assim, é notória a preocupação da atual administração municipal com a integração e sinergia entre as secretarias, a fim do fortalecimento da administração pública, algo que é incomum em outras realidades.

Nesse ponto, importa advertir que planejar o turismo como uma solução isolada para o desenvolvimento de cidades e municípios é ingenuidade, uma vez que a atividade não consegue se efetivar plenamente sem o alicerce de serviços básicos, tais como: infraestrutura, saúde e educação. E, ainda que esse alicerce exista, adverte-se que, se mal planejada, a atividade turística pode gerar descompassos no desenvolvimento local e contribuir para o agravamento de problemas sociais.

Ao considerar as singularidades naturais e culturais de Curuçá, não há dúvidas da potencialidade do turismo nesse município. No entanto, essa potencialidade depara-se com obstáculos de ordens distintas (ambiental, econômica e política). Isto posto, como asseveram Stigliano e César (2005), lado a lado ao inventário, a delimitação da área, a análise dos aspectos legais e administrativos, a avaliação de elementos socioeconômicos e de infraestrutura básica, o planejamento do turismo não pode deixar de considerar a conjectura de elementos ambientais, aspectos histórico-culturais, áreas e opções de entretenimento, meios de hospedagem, serviços de alimentação e, sobretudo, a participação e aspirações das comunidades.

Garantidas essas ações iniciais, Stigliano e César (2005) asseguram que a gestão pública tem as ferramentas necessárias para a promoção e dinamização da atividade. No caso de Curuçá, avalia-se que muitos desses aspectos precisam receber atenção adequada, caso a administração local queira realmente tornar o turismo como um dos pilares da economia local e utilizá-lo em prol da valorização e proteção do patrimônio cultural do município.

Considerações finais

A partir da ótica economicista, disseminou-se a ideia de que o desenvolvimento é tão somente o crescimento econômico e o progresso material. Ao negligenciar elementos da cultura vinculados à qualidade de vida, essa concepção limitada de desenvolvimento irradiou pelo mundo modelos exógenos provocadores de degradação ambiental, exclusão social e deterioração de modos de vida. Portanto, compreendido sob a ótica econômica, o desenvolvimento é insustentável, uma vez que gera pobreza e de segregação social.

Locus de uma interação rica entre humanidade e meio ambiente, Curuçá dispõe de uma diversidade cultural e ambiental que o destaca em meio aos demais municípios da Zona do Salgado paraense. Embora possua um forte potencial cultural e natural, a “terra do folclore” pouco avançou no quesito desenvolvimento. Assim, a pobreza, a violência, o analfabetismo e o desemprego possuem elevados índices nesse município.

Em vista disso, este texto propôs uma abordagem reflexiva em torno do desenvolvimento local. Para tanto, buscou-se refletir as contribuições do turismo para a preservação e valorização do patrimônio cultural local, bem como para a dinamização econômica do lugar. A partir de um contexto de reestruturação administrativa, as reflexões propostas advêm da constatação de um discurso em que o turismo foi apontado como um dos pilares a ser construído pela atual gestão municipal.

Com graves conflitos socioambientais, se constatou no município elementos da cultura e do patrimônio cultural ameaçados de desaparecimento. Logo, visualizou-se no turismo um caminho para o processo de recuperação da memória coletiva e de reconstrução histórica do lugar. Sabe-se que o percurso desse trajeto não é simples e muito menos fácil.

Como destacado ao longo do texto, a precariedade da rede hoteleira e a deficiência nos campos da saúde, educação, infraestrutura e saneamento são problemas que, se não reparados, certamente figuram como fatores impeditivos da atividade econômica em tela. Portanto, embora o turismo tenha sido indicado nesse trabalho como uma opção para o desenvolvimento qualitativo de Curuçá, é mister deixar claro que sozinho ele não é o suficiente para alavancar o desenvolvimento local. Antes, é necessário que serviços básicos de infraestrutura, educação e saúde sejam garantidos à população.

Referências

- Barquero, A. V. (2002). *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística.
- Batista, I. M. da S. (2010). *Participação, organização social e desenvolvimento sustentável no contexto da RESEX Mãe Grande de Curuçá (Dissertação, Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)*. Universidade Federal do Pará, Belém.
- Recuperado de <http://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Dissertacoes/2010/VERS%C3%83O%20FINAL%20IANE.pdf>.
- Baroni, M. (1992). Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 32, n.2, p. 14-24. Obtido de <http://www.scielo.br/pdf/rae/v32n2/a03v32n2.pdf>
- Choay, F. (2001). *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP.
- Coriolano, L. N. M. T. (2009). O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: Bartholo, R., Sansolo, D. G. & Bursztyn, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 277-287.
- Brasil. (2001). *Constituição 1988: Texto constitucional de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 30/2000 e Emendas Constitucionais de Revisão nº I a 6/94*. – Ed. atual. em dezembro de 200. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 403 p.
- Brasil. (2002). Decreto s. n. de criação da Reserva Extrativista Mãe Grande. *Diário Oficial da União, Brasília, Seção I, n. 242, p. 10, 16 dez.*
- Brusadin, L. B. (2012). O turismo e a história sob a ótica do patrimônio cultural: interlocuções entre os campos do saber, práticas e representações. In: Chuva, M. & Nogueira, A. G. R. *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, p. 35-46.
- Bruyne, P. de; Herman, J. & Schoutheete, M. (1991). *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.
- Canindé, F. (2015). *História do município de Curuçá no Estado do Pará. Tomo I. Período pré-colonial (1612-15- 1653)*. Curuçá- PA.
- Campos, N. R. A. de. (2017). Entrevista concedida à turma de pós-graduação do PPGDSTU/NAEA/UFPA a respeito da trajetória histórica do município de Curuçá. Curuçá. 15. jun. Não paginado. (Anotações de A. C. R. Silva; arquivo pessoal).
- Chuva, M. (2012). Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: Chuva, M. & Nogueira, A. G. R. (Org.). *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: FAPERJ, p. 67-78.
- Crewe, E. & Harrison, E. (2005). Seeing culture as a barrier. In: Edelman, M. & Haugerud, A.

- (Ed.). The anthropology of development and globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism. Malden: Blackwell Publishing, p. 232-234.
- Escobar, A. (2005a). Imagining a post-development era? In: Edelman, M. & Haugerud, A. (Ed). The anthropology of development and globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalism. Malden: Blackwell Publishing, p. 341-351.
- _____. (2005b). O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: Lander, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, p. 133-168.
- Falcão, L. B. (2013). Turismo em RESEX: perspectivas de desenvolvimento, participação social e políticas públicas nas RESEX de Soure e de Curuçá no Pará. Dissertação (Mestrado em Turismo). Universidade de Brasília, Brasília: UNB.
- Freire, L. S. & Ferreira, H. C. H. (2015). O turismo de base comunitária como alternativa de desenvolvimento local: o caso de Curuçá-Pará. ABET, Juiz de Fora, v. 5, n. 3, p. 36-44, set./dez.
- Furtado, L. G.; Silveira, I. M. & Santana, G. (Org.). (2012). *Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande – Curuçá, Pará, Brasil: estudo etnológico e sociocultural*. Belém: MPEG.
- Ferreira, P. H. dos S. (2005). Fragmentos Históricos de Curuçá. Vol. II. Castanhal/PA: Graf-Set.
- _____. (2017). Entrevista concedida à turma de pós-graduação do PPGDSTU/NAEA/UFPA a respeito da trajetória histórica do município de Curuçá. Curuçá. 15. jun. Não paginado. (Anotações de A. C. R. Silva; arquivo pessoal).
- Gomes, E. L. S.; Cabral, N. W. S. & Lima, A. P. (Org.). (2017). Turismo e desenvolvimento local: experiências, análises e perspectivas na Amazônia. 1. ed. Belém-PA, 200 p. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2010). Dados socioeconômicos de Curuçá. Brasília. Recuperado de: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=150290>.
- Matos, T. (2017). Entrevista concedida à turma de pós-graduação do PPGDSTU/NAEA/UFPA a respeito do turismo no município de Curuçá. Curuçá. 16. jun. Não paginado. (Anotações de A. C. R. Silva; arquivo pessoal).
- Meillassoux, C. (1992). O sucesso da política de ajuda ao subdesenvolvimento dos países ricos. In: Arantes, A. A.; Ruben, G. R. & Debert, G. C. (Org.). Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo. Campinas: Ed. da UNICAMP, p. 27-48.
- Miranda, J. F. (2017). Entrevista concedida à turma de pós-graduação do PPGDSTU/NAEA/UFPA a respeito da trajetória histórica do município de Curuçá. Curuçá. 16. jun. Não paginado. (Anotações de A. C. R. Silva; arquivo pessoal).
- Pieterse, J. N. (2000). After post-development. Third World Quarterly, v. 21, n. 2, Apr., p. 1975-191.
- Porta, P. (2012). Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010. Brasília: IPHAN/Monumenta. Recuperado de http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubbDivCol_PoliticaPreservacaoPatrimonioCulturalBrasil_m.pdf.
- Rech, A. U. & Rech, A. A. (2016). A ocupação humana e a necessidade de uma relação ética com o meio ambiente. In: _____. Cidade sustentável: direito urbanístico e ambiental – instrumentos de planejamento. Caxias do Sul: EDUCS, p. 51-85.
- Samain, E. (1995). “Ver” e “dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 23-60, jul./set.
- Simonian, L. T. L. (2014). Açai, ah! Em Belém do Pará tem! Natureza, cultura e sustentabilidade. Belém: NAEA; MAÇAI; PROEX-UFPA.
- Simonian, L. T. L. (2007). Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: Kawhage, C.; Ruggeri, S. Imagens e pesquisa: ferramentas de compreensão da realidade amazônica. Belém: Editora do NAEA. p. 15-52.
- Simonian, L. T. L. (2005). Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, v. 1, n. 2, p. 119-134.
- Simonian, L. T. L. et al. (2012). Pacamorema – RESEX Mãe Grande: terra de feiticeiras ou metáfora para impasses aos desenvolvimento? Belém: NAEA.
- Souza Filho, C. F. M. de. (1999). Bens culturais e proteção jurídica. 2.ed. Porto Alegre: EU/Porto Alegre.
- Tylor, E. B. (1871). Primitive culture. Londres.
- Veiga, J. E. da. (2008). Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond.
- Viola, A. (2000). Antropologia del desarrollo. Barcelona: Paidós.
- Yin, R. K. (2016). Pesquisa qualitativa: do início ao fim. Porto Alegre: Penso. 313 p.